

**ST 19 – DITADURAS NA AMÉRICA LATINA: REPRESSÃO E
RESISTÊNCIAS NO SÉCULO XX**

O exílio *conosureño* das décadas de 1960 a 1980: considerações sobre o caso argentino

The *conosureño* exile of the 1960s to the 1980s: considerations of the Argentine
case

Bárbara Geromel¹

O exílio *conosureño* a partir da década de 1960

Os deslocamentos humanos sempre fizeram parte da história. Contudo, o século XX, marcado por dois conflitos mundiais além de guerras civis, lutas emancipatórias, revoluções e confrontos diversos presentes nos quatro cantos do mundo, exaltou a característica peregrina da humanidade. Deste universo bélico computam-se milhões de pessoas afastadas de suas terras natais e em trânsito pelo globo.²

Na América Latina, as experiências autoritárias, desde a década de 1960, com o golpe civil-militar que lançou o Brasil em uma longa ditadura, passando pela derrocada em cadeia dos governos no Uruguai e no Chile, em junho e setembro de 1973, respectivamente, e na Argentina, em março de 1976, também foram eficazes em produzir massas de pessoas deslocadas. Os números para cada caso são

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). E-mail: gc_barbara@hotmail.com.

² Alguns números ajudam a elucidar sobre os deslocamentos forçados ao longo do século XX: ao fim da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, estima-se entre 4 e 5 milhões o número de desterrados; com a Segunda Guerra Mundial, em maio de 1945, o número de deslocados sugerido é de 40,5 milhões apenas na Europa. (HOBBSAWM, 1995, p.7)

estimados em centenas de milhares, fato que atribui um aspecto realmente massivo ao exílio neste período.

Presente na história do continente desde, pelo menos, os processos de independência e construção dos Estados Nacionais, no século XIX³, o exílio, enquanto mecanismo de exclusão política, era, até então, vivido de modo individual e atribuído às figuras públicas de destaque como líderes políticos, intelectuais e militares, por exemplo. Tratava-se, pois, de um “exílio de elites” (YANKELEVICH, 2008, p. 14). O século XX modifica esse exílio.

Luis Roniger (2010, p. 99-102) encontra nas transformações das sociedades latino-americanas ao longo do último século – marcado pelo desenvolvimento econômico dependente e pela ampliação das desigualdades sociais nos países em análise – uma explicação para a acentuação dos fluxos exiliares no continente. Mais contestatórias e organizadas em torno de suas demandas, elas fizeram surgir movimentos sociais que, percebidos como uma ameaça pelos grupos dirigentes, foram duramente reprimidos. Neste sentido, o autor aponta como determinante para o processo de massificação do exílio a ampliação da participação política das classes médias e baixas, justamente pela repressão a elas dirigida.

Ao refletir sobre esse “novo exílio” ao qual são expostos amplos setores das sociedades, Pablo Yankelevich (2008, p. 14) diz que sua compreensão passa pelo entendimento de que ele foi “um dos efeitos de uma política de extermínio inscrita

³ Luis Roniger situa as origens do exílio para a história da América Latina no período colonial, época em que o desterro era pena para rebeldes e criminosos. Com isso, chama a atenção para a função de controle social deste mecanismo. (RONIGER, 2010, p. 93)

na doutrina de segurança nacional⁴". Em outras palavras, Yankelevich nos incita a pensar o exílio como uma consequência da série de práticas repressivas de que lançaram mão os regimes ditatoriais no enfrentamento de seus inimigos: espionagem, perseguição política, sequestro, detenção, tortura e desaparecimento. Tais práticas, tomadas em conjunto e empregadas de modo indistinto e irrestrito, favoreceram à conformação de um clima de medo e insegurança que foi muito além no seu alcance, atingindo mesmo aqueles que não eram alvos diretos da repressão. Assim, a decisão de deixar o país foi compartilhada tanto por aqueles que se viram diretamente ameaçados pelas forças de repressão em função do seu envolvimento na oposição e combate aos novos governos, como aqueles que não suportaram conviver com o temor, a apreensão, as incertezas e o cerceamento de suas liberdades.

Ao afastar do território nacional os inimigos das ditaduras, o exílio torna evidente seu caráter coercivo, o que nos autoriza a incluí-lo no rol dos mecanismos repressivos utilizados pelos regimes militares da região. Enquanto tal, objetivava a desarticulação e desmobilização políticas, e o silenciamento daqueles a ele submetidos – seus opositores –.

Contudo, se em um primeiro momento o trauma decorrente da fratura entre o passado familiar e militante e o futuro desconhecido e prenhe de incertezas, próprio da experiência exiliar, neutralizou os exilados, sobretudo psicológica e politicamente;

⁴ Sobre a Doutrina de Segurança Nacional e sua relação com as ditaduras latino-americanas, Cf. (PADRÓS, 2008)

se os obstáculos e as dificuldades de toda ordem – idioma, falta de dinheiro, privações etc. – os enfraqueceram e desanimaram, em um segundo momento o exílio pode assumir um novo significado. Ele pode se transformar em resistência às ditaduras ainda vigentes e no campo de batalha para o seu enfrentamento, sobretudo através das denúncias das arbitrariedades, crimes, e violações aos direitos humanos por elas cometidos.

Consoante a essa perspectiva, Denise Rollemberg (1999, p. 24) nos apresenta as faces opostas do exílio ao revelar o que ele é e aquilo que em que se transformou. Primeiramente a historiadora nos diz: “O exílio é fruto da exclusão, da negação, da dominação, da anulação, da intolerância”; e então completa: “Mas o exílio é também a negação da negação, a luta pela afirmação, a resistência”.

Mesmo tendo se debruçado essencialmente sobre o exílio brasileiro, as colocações de Denise dizem muito sobre o que os exílios *conosureños* das décadas de 1960, 1970 e 1980 puderam ser. Para além de um mecanismo de repressão, eles foram a resistência e a continuidade da luta política.

Esses exílios se caracterizaram, por fim, pela heterogeneidade manifestada em diversos aspectos que lhes são intrínsecos: nos indivíduos a eles submetidos, sendo reforçada pela quantidade abundante dos deslocamentos, ou seja, pelo caráter massivo e coletivo que o exílio assumiu; nos meios empreendidos para deixar o país, variados a começar pelos limites legais da ação, visto que a partida para muitos só foi possível através da clandestinidade; e nos itinerários e destinos possíveis, já que muitos casos tiveram várias “paradas” antes do destino final.

No que concerne justamente aos itinerários do exílio, ao destacarmos a busca recorrente por um novo local para o estabelecimento, podemos dizer que este foi mais um traço dos exílios *conosureños*. O desejo de permanecer perto do país de origem, tanto por questões pessoais e culturais como pela motivação política, já que a proximidade era entendida como uma forma de dar continuidade à militância ou de garantir a pronta reintegração à luta *in loco* contra os autoritarismos vigentes, fez com que muitos exilados das ditaduras do Cone Sul acompanhassem a cadeia de golpes na região.⁵

O exílio da última ditadura militar argentina (1976-1983)

Apesar da última ditadura militar na Argentina ter como marco inicial o golpe em 24 de março de 1976, mesmo antes que ele se concretizasse o aumento da violência dentro do último governo de Perón, que vai de outubro de 1973 até a sua morte durante o mandato presidencial, em 01 de julho de 1974, e, durante o governo de sua esposa e vice, María Estela Martínez de Perón, que assume a partir de então, já se fazia sentir. Essa violência está atrelada às ações das Forças Armadas no combate à “subversão”, sempre alardeada, mas também à formação da Aliança Aticomunista Argentina, ou Triple A, como ficou mais conhecida. A triple A foi um grupo paramilitar de extrema-direita que perseguiu e assassinou aqueles que considerava opositores do governo, além de comandar diversos atentados no período.

⁵ Para Mario Sznajder (2011, p. 76) essa movimentação contínua conformaria aquilo que chama de “exílio em série”, por ele definido como “o subsequente e às vezes recorrente deslocamento de um lugar de exílio a outro, dado que os países nos quais os indivíduos se refugiam restringem a sua liberdade de ação”.

Diante deste cenário de vulnerabilidade e violência que precede a deflagração do golpe, já se verifica o abandono do país por alguns grupos, conformando um incipiente fluxo exíliar que tenderia a aumentar com a instauração do regime ditatorial e a implemetação do chamado Processo de Reorganização Nacional, defendido pelos militares e responsável por uma das mais violentas ditaduras da região, cuja repressão caracterizou-se, principalmente, pela prática do desaparecimento de pessoas.

O número de vítimas do regime militar argentino reside na casa dos milhares. De acordo com o informe *Nunca Más* (CONADEP, 1984), elaborado pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, responsável pela apuração dos casos de desaparecimento durante a ditadura na Argentina, são consideradas oficialmente desaparecidas, aproximadamente, 9.000 pessoas. Contudo, ainda segundo o informe, este número é apenas uma estimativa, já que contabiliza apenas os casos identificados por meio da denúncia de familiares e das listagens produzidas por organizações nacionais e internacionais de direitos humanos. Análises que levem em consideração os casos não denunciados ou registrados elevam para 30.000 o número de mortos e desaparecidos pela repressão no país.

Tais números são indicativos da violência desencadeada pelo Estado contra todos aqueles que enquadrasse como “subversivo” – categoria genérica e utilizada indiscriminadamente –, e nos permite concordar com Marcelo Fabián Sain (2000, p. 22) de “que o terrorismo de Estado não foi uma reação lógica e proporcional à ação da ‘subversão’. [...] que os objetivos do PRN iam mais além”. A crescente sensação

de vulnerabilidade e insegurança decorrentes da violência institucionalizada, condicionou novas partidas que conduziram milhares de pessoas ao exílio.

Como é característico do exílio *conosureño* deste período, no caso argentino verificamos sua conformação por variados e amplos setores da sociedade. Ainda que em determinados momentos possamos identificar algumas particularidades⁶, falamos, então, de homens e mulheres de todas as idades, formações profissionais, atividades laborais e classes sociais.

Tal como o número de vítimas da repressão é incerto, também o são as cifras levantadas para o exílio argentino da última ditadura militar no país que sugerem entre 300 e 500 mil o número de nacionais que se viram obrigados a deixar a terra natal (YANKELEVICH, 2007, p. 210-211). As dificuldades de se quantificar o exílio argentino estão relacionadas a características comuns às demais experiências exiliares da região: multiplicidade de itinerários e destinos, e dos meios escolhidos para cruzar as fronteiras.

⁶ Ao analisar o exílio e a militância de argentinos na Itália, Giulia Calderoni (2020, p.150) identifica três momentos deste exílio. O primeiro, entre 1974 e 1976, teria trazido ao país intelectuais, sindicalistas, jornalistas, professores universitários, psicólogos e psiquiatras, que eram os principais alvos da repressão no período; no segundo, entre 1976 e 1978, chegaram os membros das organizações armadas e jovens simpatizantes ou militantes estudantis e universitários; o último momento, que vai de 1979 até 1983, quando a ditadura no país chega ao fim, teriam chegado os familiares dos desaparecidos e das vítimas da ditadura para darem prosseguimento às campanhas de denúncia contra a repressão militar. Apesar da análise de Giulia derivar de um estudo de caso, ela nos fornece indícios importantes para pensar o exílio argentino a partir da identificação de determinados perfis dos exilados que chegaram à Itália em momentos distintos e que poderiam ser confrontados às realidades encontradas em outros países, lançando luz ao tema. No campo profissional, a perseguição a psicólogos, psicanalistas e psiquiatras, que condicionou a opção pelo exílio, foi também identificada por Sznajder (2011, p. 68) e Quadrat (2011, p. 97-200).

Na maioria dos casos, as partidas se concretizaram através de recursos próprios e de forma independente, normalmente, através de viagens por via terrestre aos países vizinhos e deles a um terceiro país. Contudo, observam-se, também, saídas promovidas pela atuação de organismos internacionais como o ACNUR e a Cruz Vermelha, que conferiram aos seus assistidos o *status* de refugiado e o reassentamento em um novo país. Em reduzidos casos, verificamos a opção pela solicitação de asilo político à outra nação. Entretanto e segundo Pablo Yankelevich (2007, p. 209), a vigilância ostensiva sobre as embaixadas no país teria inibido a procura pelas mesmas.

No processo de escolha do destino a ser alcançado, algumas questões se impuseram aos exilados e devem ser consideradas para que se possa compreender a experiência exiliar de forma ampla. As condições financeiras para o custeio da viagem e o estabelecimento no país eleito bem como a maneira e os caminhos para se chegar ao exílio foram determinantes. Por exemplo: aqueles que receberam o *status* refugiado foram recepcionados, principalmente, pela França e a Suécia, nações que tiveram destacado papel na implementação do refúgio neste período. Já aqueles que tinham maior liberdade de escolha privilegiaram a Espanha, país que concentrou um número expressivo de exilados argentinos, e a Itália⁷. Já aqueles que optaram por permanecer

⁷ De acordo com Giulia Calderoni (2020, p. 150) a Itália recebeu entre 10.000 e 20.000 exilados argentinos. Segundo a autora, a opção pelo país deu-se, entre outras razões, pelo “vínculo histórico-cultural entre los dos países, herencia de las oleadas migratoria de italianos en Argentina”, o qual, por sua vez, garantiu a muitos argentinos a dupla cidadania (argentina e italiana), o que também explica a escolha da Itália como país de exílio. Uma terceira justificativa elencada por Giulia diz respeito ao clima político encontrado no país. Em suas palavras: “Italia vivía un momento de grandes transformaciones de la sociedad y de gran participación de la población en la vida política. Este clima fascinó a los

no continente, os principais destinos foram o México, Cuba, Venezuela e Brasil (YANKELEVICH, 2007, p. 211).

Mesmo estabelecidos em terras estrangeiras, por vezes muito distantes daquelas de origem, grupos de exilados decidiram dar continuidade à militância política e à luta contra a ditadura.

Na Itália vimos surgir o “Comité Antifascista contra la Represión en Argentina” (CAFRA), organização analisada por Giulia Calderoni (2020). Suas origens remontam ao ano de 1974, portanto antes do golpe militar na Argentina, mas um período, como já analisado, de escalada da violência que provocou as primeiras partidas. A ideia do comitê surge entre os próprios exilados que acreditavam que as notícias divulgadas pela imprensa argentina não retratavam a realidade do país que sofria com as arbitrariedades do regime militar e acumulava vítimas. Através da imprensa local e da edição de boletins e comunicados o CAFRA, denunciava aos italianos e ao mundo a repressão e as graves violações aos direitos humanos ocorridas no país. (CALDERONI, 2020, p. 153-154).⁸ Nas palavras de Giulia (2020, p. 157): “El CAFRA no fue el único organismo de solidaridad con Argentina que actuó en Italia, pero fue seguramente el más longevo, hasta volverse en el mayor referente de la lucha contra la Junta Militar”.

exilados, sobre todo a los más politizados, a los que non querían abandonar su activismo político y preferían seguir con su proyecto político”.

⁸ No trabalho em questão, a autora analisa outras duas organizações armadas de exilados no país: Montoneros e o Partido Revolucionário de los Trabajadores – Ejército Revolucionário del Pueblo (PRT-ERP).

Contudo, mesmo em países onde a possibilidade de mobiliação política era limitada, os exilados encontraram maneiras de manter a militância e resistir contra a ditadura. Esse é o caso do exílio argentino no Brasil, analisado pela historiadora Samantha Quadrat (2011). Como o Brasil também vivia uma ditadura a prática da denúncia pública adotada em outros países tornou-se inviável. Contudo, como coloca Samantha (2011, p. 191):

[...] a ausência de espaço público para a realização das denúncias não implicou abandono da luta. A metamorfose não foi apenas pessoal, mas política. A reuniões para debater a situação argentina, os laços de amizade e a solidariedade aos que chegavam eram também vistos como um ato político, uma revolução permanente.

Trata-se do exílio como resistência.

Referências

COMISSÃO Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas. *Nunca mais*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

CALDERONI, Giulia. Exílio e militancia: el caso de los exilados argentinos em Italia en los años setenta. In: SANTOS, Enrique Coraza de los; LASTRA, María Soledad (Eds.). *Miradas a las migraciones, las frontera y los exilios*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASCO, 2020, p. 149-174.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terrorismo de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes, ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 143-1978.

QUADRAT, Samantha Viz. Da Argentina para o Brasil: de uma ditadura a outra. In: QUADRAT, Samantha (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 169-204.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Record: Rio de Janeiro, 1999.

RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, n. 1, p. 91-122, 2010.

SAIN, Marcelo Fabián. Democracia e Forças Armadas – entre a subordinação militar e os “defeitos” civis. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de e CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

SZNAJDER, Mario. Os exílios latino-americanos. In: QUADRAT, Samantha (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 65-90.

YANKELEVICH, Pablo. Exílio y dictadura. In: LIDA, Clara E.; CRESPO, Horacio; YANKELEVICH, Pablo (Comps.). *Argentina, 1976. Estudios en torno al golpe de Estado*. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2007.

_____. Estudar o exílio. In: QUADRAT, Samantha (Org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 11-30.

Integrar ou remover: as medidas da Campanha de Nacionalização em Porto Novo (SC) – 1938 a 1945¹

Integrate or remove: the measures of the Nationalization Campaign in Porto Novo (SC) - 1938 to 1945

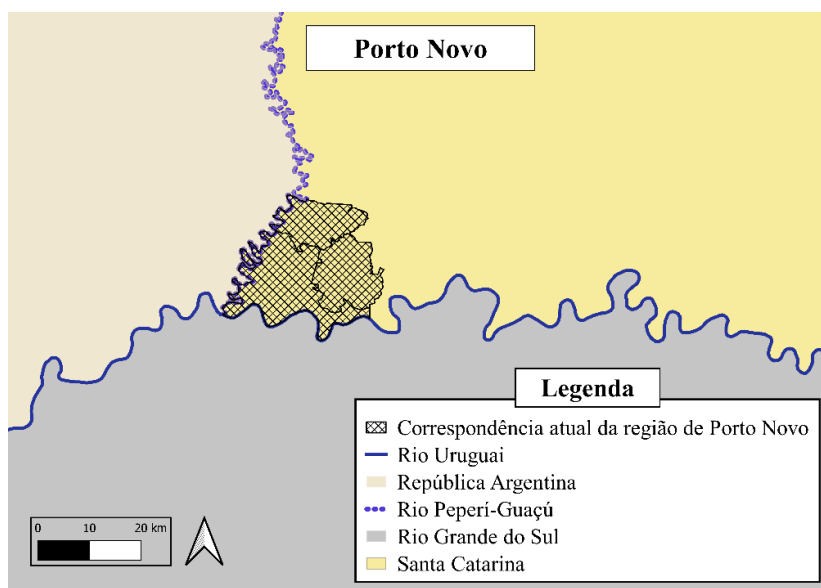
João Vitor Sausen²

Localizada no Extremo Oeste do estado de Santa Catarina, junto à divisa do mesmo com o estado do Rio Grande do Sul, e a fronteira do Brasil com a República Argentina, Porto Novo é uma região histórica composta pelos municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, além de algumas partes do território de Iporã do Oeste. A origem do nome remonta ao empreendimento colonizatório empreendido pela Sociedade Popular para alemães católicos no Rio Grande do Sul (*Volksverein für die deutschen katholiken in der Rio Grande do Sul*), fundado em 1926. Este projeto tinha como finalidade formar uma colonização exclusiva para alemães e seus descendentes que fossem de fé católica, o que acabou por não se concretizar, apesar da maioria da população se encaixar neste recorte (SAUSEN, 2019). No mapa a seguir pode ser observada a localização de Porto Novo:

¹ Trabalho baseado na monografia de graduação de Licenciatura em História orientada pela Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin: SAUSEN, João Vitor. *A nacionalização dos nacionais: as medidas estatais de nacionalização de Porto Novo (SC) durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945)*. Monografia (Graduação em História), Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

² Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFSM) da mesma instituição, onde é orientado pela Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin e é subvencionado com bolsa CAPES/DS; Membro do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina: Sociedade, Poder e Instituições; E-mail: sausenjoaovitor@gmail.com.

Mapa 1: Correspondência atual da região de Porto Novo.



Fonte: SAUSEN, João Vitor. A guerra e as migrações forçadas: Porto Novo, Santa Catarina (1942-1943). In: SAUSEN, João Vitor; MAYER, Leandro (Orgs.). *Período republicano brasileiro: pesquisas, escritas e fontes*. Itapiranga: Schreiber, 2021, p. 108.

André Carlos Werle (2001), revela que Porto Novo foi organizada inicialmente em diversas “Linhas”, pequenos núcleos populacionais em torno de uma sede comunitária, que usualmente contava com um centro de sociabilidade, igrejas ou capelas, e escolas que funcionavam de forma anexa à essas estruturas. Em alguns casos também existiam pequenas casas comerciais. Além das linhas rurais, havia dois pequenos núcleos urbanos, Sede Porto Novo (mais tarde, Sede Itapiranga), e Sede Capela, que contavam com estruturas como hospitais, serrarias, entre outras, e aspiravam a serem as sedes principais da colonização. Era no interior destas linhas e sedes que ocorria a maior parte das vivências sociais e comunitárias dos habitantes de Porto Novo.

Um dos aspectos mais importantes desta vivência foram as estruturas escolares. Estas eram baseadas em uma auto-organização das comunidades,

transplantada do Rio Grande do Sul, e funcionavam a partir da manutenção financeira dos próprios habitantes. Além disso, a direção ideológica e escolha de professores passava pelos padres da Paróquia de Itapiranga, que eram, a partir de 1931, da Ordem Jesuíta (EIDT, 2018). Neste sentido, as escolas estavam voltadas às necessidades de aprendizado caras à vida camponesa, bem como tinham suas atividades de ensino realizadas em línguas alemãs, visto que era majoritariamente a partir destas que ocorria a comunicação em Porto Novo (SAUSEN, 2018).

Mas tanto a organização colonial inicial, baseada na conformação de um núcleo que valorizava e buscava a manutenção cultural de uma origem étnica estrangeira, e localizada no espaço fronteiro brasileiro com a República Argentina, quanto o modelo escolar controlado ideologicamente pelos padres jesuítas sofreram com os impactos da chamada “Campanha de Nacionalização”, empreendida a partir de 1937. Este processo visava a integração de núcleos populacionais considerados como “quistos étnicos”, conformados em grande parte por brasileiros descendentes de imigrantes, mas que em sua maioria não eram observados enquanto integrados à perspectiva nacional brasileira.

Com base nestes aspectos, a presente investigação trata das principais medidas de nacionalização identificadas com relação à Campanha de Nacionalização em Porto Novo. Neste sentido, a pesquisa foi baseada em fontes como o *Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga*, bem como em obras memorialísticas como o “*Espírito pioneiro*” de Maria Rohde (2011 [1951]), “*Porto Novo: um documentário histórico*”³, de

³ JUNGBLUT, Roque. *Porto Novo: um documentário histórico*. 3ª ed.. Porto Alegre: Letra & Vida, 2011.

Roque Jungblut (2011), “*Uma imigrante teuto-romena e outros escritos*”, de Ida Müller Welter (2010), e alguns decretos promulgados pelo Estado brasileiro.

As fontes citadas foram analisadas a partir das concepções propostas por Daniele Conversi (2012) com relação à nacionalização. Para este autor, a nacionalização era empreendida pelos Estados-Nação enquanto forma de alcançar a homogeneização cultural de suas populações, e se baseava ou na integração ou na remoção dos alvos das políticas. Neste sentido, foram buscados nas fontes registros acerca de medidas deste tipo para a realidade de Porto Novo.

Todavia, antes de explorar as medidas de nacionalização observadas a partir das fontes, é necessário indicar o contexto político brasileiro no período. Em 1930, uma aliança de vários setores da população removeu do poder o arranjo oligárquico que governava o país há algumas décadas e instaurou um governo provisório liderado por Getúlio Vargas. Apesar disso, a aliança logo se rompeu, e ocorreram conflitos como a Revolta Constitucionalista de 1932, que opôs antigos aliados de Vargas, como Borges de Medeiros. O arranjo constitucional aprovado em 1934 não foi de agrado de muitos setores do governo, que, sob o pretexto de uma conspiração comunista para derrocar Vargas, conhecido como *Plano Cohen*, realizaram um autogolpe em 1937, que instaurou o Estado Novo (LEVINE, 2001).

O Estado Novo (1937-1945), trouxe como uma de suas principais preocupações a homogeneização cultural de sua população, a partir de uma Campanha da Nacionalização, que visava eliminar os chamados “quistos étnicos”, que consideravam existir em várias partes do país, especialmente no Sul, a partir do forte

fluxo migratório que ocorreu nos séculos XIX e XX (LESSER, 2015). Um destes locais era Porto Novo, que passou a ser alvo de políticas nacionalizadoras, especialmente a partir de 1938. Na imagem a seguir está exposto o núcleo urbano principal de Porto Novo (Itapiranga), no ano de 1940:

Figura 1: Sede Itapiranga, Porto Novo (1940).



Fonte: STAHL, Wolfgang; MAYER, Leandro. *Imagens memoráveis: cinco décadas da história de Porto Novo/Itapiranga (1926-1976)*. São Leopoldo: OIKOS, 2019, p. 27.

O Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga revela que no ano de 1938 todas as escolas locais foram fechadas por ordem do Interventor Federal Nereu Ramos. Em seguida, suas estruturas foram estatizadas pelo estado e receberam ordem de reabrir sob uma nova organização. A partir deste processo, as escolas somente poderiam ter professores brasileiros, que tivessem o domínio da língua portuguesa e ensinassem seus alunos na mesma linguagem. Este processo opôs os padres jesuítas, que

observavam na questão uma apropriação de bens da Igreja Católica, visto que era a ela que pertenciam as escolas⁴. No entanto, os reclames tiveram que dar espaço à uma aceitação das políticas, apesar da resistência de alguns padres.

No mesmo ano, no Palácio do Catete (sede do governo nacional no Rio de Janeiro, Distrito Federal), ocorreu uma tentativa mal organizada de golpe de estado por parte de militantes da Ação Integralista Brasileira (AIB), que havia sido extinta no ano anterior, apesar de ter apoiado o autogolpe (LEVINE, 2001). Este processo fez levantar a suspeita sobre a organização, que possuía um considerável núcleo em Porto Novo, liderado por Anton Kliemann (MAYER, 2016).

Os integralistas passaram a ser considerados enquanto militantes de um movimento político antinacional, que era usualmente vinculado ao nazismo (MAYER, 2016). Desta forma, combatê-los era também um ato a favor da nacionalização. Em Porto Novo, por sua vez, este processo ocorreu com maior intensidade em 1942, como defende Leandro Mayer (2016), devido a um suposto contrabando de armas efetuado pelos integralistas, e que deveria armar um novo levante contra o Estado Novo. Assim, vários militantes, como o citado Anton Kliemann, foram presos e torturados.

Foi também no ano de 1942 que muitas medidas de nacionalização tiveram espaço, justamente pelo ingresso brasileiro na Segunda Guerra Mundial, que ocorreu a partir do afundamento de diversos navios por submarinos do Eixo (LESSER, 2015). Neste ano, foram proibidas todas as manifestações escritas ou faladas em línguas alemãs, seja em espaços públicos, ou privados. Inúmeros são os relatos de denúncias

⁴ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga.

sobre pessoas que falavam alemão em suas casas (MAYER, 2016), ou da entrada de policiais em cerimônias religiosas para confiscar livros de reza e canto em alemão, como exposto no Livro Tombo.

Este processo mais agressivo se soma a outro, que ocorreu no mesmo mês em que o Brasil declarou guerra ao Eixo (agosto de 1942). Neste período, alguns alemães que viviam na comunidade de Linha Presidente Becker, junto à linha de fronteira do Brasil com a República Argentina, temendo perseguições por parte de autoridades policiais locais, fugiram para o país vizinho, e permaneceram até uma tranquilização do contexto político, mas alguns nunca retornaram (JUNGBLUT, 2011). Ainda que não tenha sido por ordem direta das autoridades locais, este processo pode ser considerado enquanto vinculado à nacionalização, visto que removeu elementos dissonantes da perspectiva nacional do território brasileiro.

Um segundo contexto de migrações forçadas ocorreu em fevereiro de 1943, desta vez a partir de ordens de autoridades locais. De acordo com Maria Rohde (2011 [1951]), no dia 10 de fevereiro de 1943, todos os estrangeiros residentes foram convocados para se apresentarem na Sede Itapiranga. Naquela localidade, os alemães e romenos que não possuíam vínculos matrimoniais com brasileiros⁵, ou que não se enquadravam em casos especiais (como o fato de possuírem cidadania estadunidense, como é o caso de Maria Rohde), receberam a ordem de dentro de dez

⁵ Neste ponto, é significativo o caso de Ida Müller Welter, que era casada com um brasileiro. Ela foi a única de sua família que pôde permanecer em Porto Novo em fevereiro de 1943, justamente por seu estado civil e o vínculo com o marido. Ver mais em: Ida Müller Welter (2010).

dias migrarem para a região de Xaxim/Xanxerê, a 150 quilômetros de Porto Novo⁶. Ao final do mês, quando algumas caravanas já haviam deixado a colônia as ordens foram revertidas, e os alemães e romenos puderam permanecer.

Todas essas medidas foram acompanhadas de aspectos pedagógicos, que visavam criar um espírito patriótico nos habitantes, como atos regulares de hasteamento da bandeira e escuta conjunta do hino nacional⁷, ou a declamação de poemas patrióticos por crianças (ROHDE, 2011 [1951]). Assim, o conjunto de apropriação das estruturas de ensino e das atividades repressivas também recebia o complemento de formas de ensinar a amar a pátria que conduzia todos estes processos.

Este amálgama de cinco medidas conformou o principal conjunto de iniciativas direcionadas a nacionalizar Porto Novo naquele período. Assim, foram classificadas a estatização do ensino, as perseguições políticas, a proibição de manifestações em línguas alemãs, as migrações forçadas, e os incentivos ao patriotismo. Seja a partir da integração, com a conformação de políticas que acabavam por abarcar especialmente os filhos dos (i)migrantes, ou a partir da remoção de estrangeiros, como ocorreu em agosto de 1942 e fevereiro de 1943, (estas últimas observadas enquanto as faces mais radicais dos processos), amplificadas pela Segunda Guerra

⁶ A base para a expulsão parece estar no Decreto-Lei Nº 1.164, de 18 de março de 1939, que regulava a presença de estrangeiros nas zonas de fronteira, e definia que no trecho de até 30 quilômetros da linha de fronteira não poderiam residir estrangeiros (somente brasileiros natos), e em até 150 quilômetros a residência deveria ter a autorização do Conselho de Segurança Nacional. Ver mais em: Brasil (1939)

⁷ Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga.

Mundial, este período foi de intensos esforços em torno da nacionalização de Porto Novo.

Fontes

BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.164, de 18 de março de 1939. Dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa de fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas.

Diário Oficial da União, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 23 mar. 1939, Seção 1, s/p. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

JUNGBLUT, Roque. *Porto Novo: um documentário histórico*. 3ª ed.. Porto Alegre: Letra & Vida, 2011.

Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga. Acervo da Paróquia São Pedro Canísio.

ROHDE, Maria. *Espírito Pioneiro: a herança dos antepassados*. Tradução de Heidi Collischonn Biehl. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

WELTER, Ida Müller. *Uma imigrante teuto-romena e outros escritos*. Tradução de Hildegard Meurer, Alessandra Schmitt e Venilda Welter. Itapiranga/Florianópolis: PEST, 2010.

Referências

CONVERSI, Daniele. Nación, Estado y Cultura: por una historia política y social de la homogeneización cultural. *Historia Contemporanea*, Bilbao, v. 2, n. 45, p. 437-481, 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4096053>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

EIDT, Paulino. O caminho virtuoso das escolas paroquiais. In: MAYER, Leandro; KUMMER, Cecilia Werner; GUARIENTI, Eduardo; KUMMER, Neiva Andrea Klagenberg (Orgs.). *Oitenta anos da Escola São Vicente (1938-2018): mais que uma escola, uma história de vida*. São Leopoldo: OIKOS, 2018, p. 12-28.

LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LEVINE, Robert. *O pai dos pobres: o Brasil e a Era Vargas*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MAYER, Leandro. "*O triste fim de Anton Kliemann*": a campanha de nacionalização e seus desdobramentos no oeste de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em História), Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2016.

SAUSEN, João Vitor. *A nacionalização dos nacionais: as medidas estatais de nacionalização de Porto Novo (SC) durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945)*. Monografia (Graduação em História), Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

SAUSEN, João Vitor. Transformando Porto Novo em Brasil: aspectos dos usos da educação local após 1938. In: MAYER, Leandro; KUMMER, Cecilia Werner; GUARIENTI, Eduardo; KUMMER, Neiva Andrea Klagenberg (Orgs.). *Oitenta anos da Escola São Vicente (1938-2018): mais que uma escola, uma história de vida*. São Leopoldo: OIKOS, 2018, p. 29-39.

WERLE, André Carlos. *O Reino Jesuítico Germânico nas margens do Rio Uruguai: aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga)*. Dissertação (Mestrado em História), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

A historiografia como forma de resistência à Ditadura Militar chilena: uma análise do “Taller Nueva Historia” (1980-1990)

Historiography as a form of resistance to the Chilean military dictatorship: an analysis
of the “Taller Nueva Historia” (1980-1990)

Lays Corrêa da Silva¹

Durante os anos 1980, um grupo de jovens estudantes de História da Universidade Católica do Chile inicia, em meio à Ditadura Militar, projetos de recuperação da memória dos movimentos sociais chilenos e de Educação Popular. O grupo era liderado por Mario Gárce Duran e por Pedro Milos, que juntos iriam integrar o grupo da chamada “Nova História Social chilena”. O projeto de realização de oficinas junto à sindicatos, grupos juvenis e entidades populares, realizado por eles em formato de grupos de estudo, os chamados “Talleres” deu origem à ECO, uma ONG de Educação e Comunicações que existe até hoje no Chile. Buscamos refletir sobre a atuação política desses historiadores, entendendo a historiografia como uma forma de resistência à Ditadura Militar chilena. Para isso, nesse resumo expandido, analisaremos alguns dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo, suas formas de atuação e suas publicações na revista “Cuadernos de Historia Popular”.

É importante iniciar destacando que a Ditadura Militar chilena, implementada através de um golpe em 11 de setembro de 1973 e que esse golpe derrubou o governo

¹ Doutoranda em História Social pelo Programa de História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contato: layscorrea.s@gmail.com,

da Unidade Popular que tinha a proposta da construção de uma via chilena ao socialismo. Uma das primeiras medidas da Ditadura foi o desmonte das universidades tais como existiam. Isso ocorreu porque uma das preocupações do novo regime autoritário era perseguir àqueles que haviam feito parte ou apoiado de alguma forma o governo de Salvador Allende e os intelectuais tinham sido uma categoria importante de base de apoio ao governo. As perseguições começaram imediatamente depois do golpe, mas é no ano de 1981, um ano após a promulgação de uma nova Constituição pela Ditadura, que é implementada a chamada Lei de Universidades que:

Consistió en un conjunto de Decretos con Fuerza de Ley mayoritariamente dictados en 1981 que facultaron al General Pinochet para reestructurar las universidades del país, establecer sus normas básicas de funcionamiento, de creación de nuevas instituciones y de fragmentación de las universidades nacionales, y que fijaban las normas de financiamiento universitario (GARRETÓN, 1982).

Essa lei significou o desmonte de diversos departamentos de ciências sociais emergentes, assim como a expulsão de um conjunto de professores que estiveram de alguma forma ligados ao governo de Salvador Allende ou cujos trabalhos eram considerados “perigosos” pelo novo regime. Como resultado desse processo de expurgo, foram formados diversos Centros Acadêmicos Independentes e Organizações Não Governamentais, financiados por fundações estrangeiras, que recebiam os intelectuais saídos das universidades, permitindo o desenvolvimento e continuidade da pesquisa científica no Chile, principalmente nas áreas das ciências humanas (GARRETÓN, 2007).

Esses centros e ONGs tinham como principal proposta a “intervenção-ação” (MONAYANO, 2016), ou seja, a maior parte dos intelectuais dentro desses ambientes assumiam o seu papel de interventor na sociedade e buscavam através das suas pesquisas fazer um balanço sobre a situação do Chile. É importante notar que grande parte desses centros se constituíram num momento de renovação dos partidos de esquerda e contribuíram com suas formulações para esse movimento. Alguns desses intelectuais como o sociólogo Manuel Garretón integraram o grupo da *Concertación de Partidos por el No*, que derrotou nas urnas a proposta de continuidade do ditador Augusto Pinochet no poder.

Além disso, esses espaços procuravam uma maior articulação com as camadas populares desenvolvendo iniciativas de Educação Popular, assistência técnica e condução de grupos de estudos para a formação de lideranças. Essa articulação com o popular provocou também uma mudança epistemológica nos estudos desenvolvidos por essas organizações que passaram cada vez mais a utilizar a noção de “povo” como a principal categoria analítica (MONAYANO, 2016). Isso num momento em que buscava-se pensar um caminho para a transição política chilena levando em consideração a sociedade neoliberal que a Ditadura implementara.

Esses espaços que foram sendo criados permitiram uma renovação dos estudos dentro do Chile e se tornaram importantes espaços de sociabilidade (SIRINELLI, 2003) para a formação e integração de intelectuais que estavam comprometidos com a ação política de resistência à Ditadura. O “Taller Nueva Historia” surge nesse contexto, mas parte na verdade de dentro da Universidade

Católica do Chile e é depois incorporada aos trabalhos da ONG ECO. É importante destacar o papel que a Igreja Católica teve em garantir a manutenção dos centros já existentes e favorecer o estabelecimento de outros. Em 1975, por exemplo, é criada a Academia de Humanismo Cristiano (AHC), que além de ter projetos próprios, permite o surgimento de outros centros e programas de estudos. Assim, em 1976, como parte de uma desvinculação a Universidade Católica de Chile, surgiu a *Corporación de Investigaciones Económicas para Latinoamérica* (CIEPLAN). Esse centro de estudos sem fins lucrativos reuniu os principais economistas que buscaram pensar uma alternativa ao modelo econômico neoliberal implantado pelos Chicago Boys durante a ditadura, além de políticas públicas voltadas não só para o Chile, mas também para toda a América Latina (BRUNNER, 1985).

Os trabalhos do *Taller Nueva Historia* tiveram como principal objetivo redirecionar seus estudos aos sindicatos, grupos juvenis ou entidades populares. Os resultados desses encontros foram publicados nos chamados *Cuadernos de Historia Popular* organizados por Mario Gárces e Pedro Milos. Entre 1983 e 1990 os historiadores publicaram uma série de fascículos sobre História do Movimento Operário no Chile. Os cadernos foram uma proposta pedagógica dos autores de criar um material de apoio, de fácil leitura e que continha elementos históricos para a reflexão e a discussão em grupos. Eles reivindicam uma história desde a ótica popular que para eles deveria

Preocuparse por recuperar un conjunto de hechos históricos que tradicionalmente han estado ausentes en la historiografía chilena, o bien han sido distorsionados. En suma, habrá que preocuparse por lo que el Pueblo

há hecho a lo largo de su historia, por las huellas que há dejado en el pasado. La historia popular no podrá ser una verdad incommovible que se transmite para ser aprendida, no podrá ser sólo el estudio solitario de los profesionales de la historia; deberá ser ante todo una obra coletiva que tenga como base la propia memorial del Pueblo (*CUADERNOS DE HISTORIA POPULAR*, nº1).

O historiador Julio Pinto em seu estudo sobre os cem anos da historiografia chilena destaca o papel desse grupo de estudos:

La labor del taller “Nueva Historia”, prolongada posteriormente a través de la organización no gubernamental ECO, Educación y Comunicaciones, se situo preferencialmente en el ámbito de la difusión historiográfica y la auto-educación popular, a cuyo efecto se elaboraron numerosos y novedosos materiales como cartillas y cursos populares, diaporamas, vídeos y otros de carácter afin (PINTO, 2016).

De acordo com Julio Pinto, essa experiência serviu de base para o posterior desenvolvimento de histórias locais e investigações participativas que tiveram um impacto metodológico importante na década de 1990. O *Taller Nueva Historia*, junto com outras iniciativas como os chamados *Taller de Análisis de Coyuntura* passaram a ser desenvolvidos de dentro da ONG ECO e tanto o Mário Gárces quanto o Pedro Milos estiveram presentes liderando as duas iniciativas.

O envolvimento desses historiadores com esse projeto tem relação com a atuação política deles. Mário Gárces era ligado ao *Movimiento de Izquierda Revolucionário* (MIR), grupo de esquerda que durante o governo da Unidade Popular teve uma postura de apoio crítico com a proposta da via chilena ao socialismo, enquanto que o historiador Pedro Milos era ligado ao *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPU), uma dissidência de esquerda do Partido Demócrata Cristão.

Entendemos que a trajetória de vida e a atuação política desses historiadores influenciaram seu modo de fazer, isso porque

“El historiador no trabaja encerrado en la clásica torre de marfil, al abrigo del mundanal ruido y tampoco vive en una cámara refrigerada, al abrigo de las pasiones del mundo. Sufre los condicionamientos de un contexto social, cultural y nacional; no escapa a las influencias de sus recuerdos personales ni a un saber heredado – condicionamientos e influencias de los cuales puede intentar liberarse a través de un esfuerzo de distanciamiento crítico, pero nunca a partir de la negación –. Desde esta perspectiva, su tarea no consiste en tratar de suprimir la memoria – personal, individual y colectiva –, sino en inscribirla en un conjunto histórico más vasto. (...) Precisamente porque no vive encerrado en una torre sino que participa en la vida de la sociedad civil, el historiador contribuye a la formación de una consciencia histórica, y entonces de una memoria colectiva (TRAVERSO, 2007).

Dessa forma, as memórias desses historiadores também são centrais para entendermos a construção dessa vertente historiográfica mais militante no Chile durante a Ditadura Militar. Em uma entrevista com o historiador Mario Gárce, ele comenta que muitas das inovações que fizeram aconteceu de forma espontânea. Por conta do bloqueio da Ditadura que impedia que as inovações feitas fora do Chile chegassem a esses historiadores, eles acabaram inventando a teoria, fazendo na prática o que acreditavam que era importante:

Acho que posso te dizer a essa altura da minha vida que nós inventamos o fogo, ou a roda, porque isso foi uma experiência prática de estudar História e nos dar conta que História tinha valor para nossa cultura popular porque uma maneira de resistir à Ditadura, já que ela promovia a negação do passado popular e o que nós fazíamos era insistir nesse passado (entrevista concedida à autora em outubro de 2019).

O papel de resistência à Ditadura Militar assumido por esses historiadores foi importante para a renovação da História Social Chilena. Esse renovação foi promovida

por dois grupos principais, os chamados “los de afuera” e “los de dentro” (PINTO, 2016). Os primeiros liderados pelo historiador Gabriel Salazar que representa uma geração de historiadores que sofreu diretamente o impacto do golpe por já terem uma trajetória política e acadêmica em 1973. Esses historiadores vão em sua maioria para o exílio durante a Ditadura e de lá começam a rever a história chilena partindo dessa ruptura que foi o golpe, procurando entender o impacto disso para suas formulações teóricas e buscando novas epistemologias de estudo. Esse grupo vai ser muito influenciado pelo grupo da Escola Marxista Inglesa e vão ter nos escritos de Edward Thompson e outros autores suas principais referências (SOUZA, 2015). Os outros historiadores fazem parte de uma geração que se formou em História durante a Ditadura chilena e que durante esse processo também buscou novas bases de estudo e buscou se contrapor à História oficial feita pelos grupos próximos à Ditadura nas Universidades. Esses grupos se reencontram no Chile principalmente após o retorno desses exilados e vão, nos anos 1990 principalmente, ser os principais expoentes da historiografia chilena, se tornando um grupo com importante atuação até hoje.

Mário Gárce é atualmente professor da Universidade de Santiago de Chile e suas principais linhas de investigação são os movimentos sociais e a memória histórica no Chile e na América como um todo. Um dos seus trabalhos mais reconhecidos é o seu livro sobre o golpe em *La Legua*, uma região da periferia chilena. Esse estudo foi importante para o início de uma série de trabalhos que procurou entender o golpe a partir de uma perspectiva mais regional no Chile. Além disso, Gárce ainda atua na equipe de Educação Popular da ONG ECO. Já o historiador

Pedro Milos é professor da Universidade Alberto Hurtado e tem como principal linha de investigação a História do Movimento Obrero no Chile, sendo a principal referência para pensar essa questão no Chile até hoje.

Esses historiadores nos permitem pensar sobre o papel do intelectual como um interventor na sociedade e da historiografia como uma como “fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade cientificista a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação” (CATROGA, 2015). De acordo com a historiadora Elizabeth Jelin, os historiadores são responsáveis por escreverem as narrativas oficiais e produzem ao longo do tempo interpretações opostas e revisões dessas mesmas narrativas, como produto das lutas políticas, mudanças de sensibilidade de uma época e com o próprio avanço da investigação histórica (JELIN, 2002). Acreditamos que um estudo maior dessas iniciativas como o Taller Nueva Historia nos permita chegar mais perto dessa dimensão pública e política da História que é o tempo todo ressaltada e evidenciada por aqueles que a produzem. No final dos anos 1990, tanto Gárceas quanto Pedro Milos foram signatários do chamado “Manifesto de historiadores” que criticava a divulgação de versões negacionistas sobre o golpe de 1973. E nele, juntamente com os demais historiadores que em sua maioria faziam parte desse grupo da Nova Historia Social chilena, defenderam um conceito de História como sendo uma “construção social da realidade futura”. É importante discutir, portanto, como a historiografia serviu também como resistência à Ditadura Militar chilena, cumprindo seu papel de preservação da

memória, mas também construindo novas epistemologias para lidar com os problemas futuros.

Referências

BRUNNER, José. La participación de los centros académicos privados. *Estudios Públicos*, 19, invierno 1985.

CATROGA, Fernando. Memória, História e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Las Ciencias Sociales en Chile. Institucionalización, Ruptura y Renacimiento. In: GARRETÓN, Manuel, A.; DE SIERRA, Gerónimo; MURMIS, Miguel; REYNA, José Luis; TRINDADE, Hélgio (Coord.). *Las ciencias sociales en América Latina en perspectiva comparada*. México: S. XXI, 2007.

_____. *Las Ciencias Sociales en Chile. Situación problemas y perspectivas*. Santiago: Ed. Universidad Academia de Humanismo Cristiano. 1982

GREZ, Sergio. Historiografía y memoria en Chile. Algunas consideraciones a partir del Manifiesto de Historiadores. In: Grez, Sergio. *Historiografía, memoria ciudadanía y política: reflexiones desde el oficio de historiadores*, Valparaíso: Editorial América en Movimiento, 2019.

GÁRCES, Mario. Actores y disputas por la memoria en la transición siempre inconclusa. *Ayer*, n° 79, 2010, pp. 147-169.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

MONAYANO, Cristina. ONG y conocimiento sociopolítico durante la Dictadura: la disputa por el tiempo histórico de la transición. El caso de los Talleres de Análisis de Coyuntura en ECO, 1987-1992. *Revista Izquierdas*, Santiago, n. 27, p. 1-31, abr. 2016.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, R. (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-270.

SOZA, Felipe. The Association of Chilean Historians in the United Kingdom, 1980-1989. *Storia della Storiografia*, n 67, 1/2015.

TEIXEIRA, Fernanda. *Batalhas pela memória: Verdade, reparação e justiça nas narrativas históricas e fílmicas sobre a ditadura (1973-2015)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

TRAVERSO, Enzo. Historia y Memoria. Notas sobre un debate. In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. *Historia Reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

VALLEJOS, Julio. *La historiografía chilena durante el siglo XX: cien años de propuestas y combates*. Valparaíso: Editorial América en Movimiento, 2016.

As canções de León Gieco, a ditadura e a luta em defesa dos direitos humanos na Argentina (1973-1992)

The songs of León Gieco, the dictatorship and the struggle for human rights in Argentina (1973-1992)

Vanessa Moraes Dornelles¹

Introdução

León Gieco é um compositor e cantor argentino, de origem humilde, nasceu no campo em 1951, em uma província próxima a Santa Fé. O cantor se mudou para Buenos Aires somente em sua vida adulta, no início da década de 1970, quando inicia sua carreira e lança seu primeiro disco, em 1973. Estando ainda está na ativa, León se tornou um dos grandes nomes da música nacional argentina. A ditadura militar que começa a partir do golpe de Estado efetuado pelas Juntas Militares no país, em 24 de março de 1976, fez parte do contexto histórico que acompanhou a trajetória pessoal e profissional do músico. Sua carreira foi afetada pelas medidas ditatoriais pois, entre outros motivos, Gieco foi alvo de censuras, perseguições e, sem opção, obrigado a rumar ao exílio. A repressão da ditadura, a censura aos meios de comunicação, o exílio, as dificuldades da vida no interior do país e diversas outras questões sociais e políticas compõem o conteúdo das letras de muitas de suas canções, que estavam constantemente vinculadas ao contexto social, político e econômico argentino. Desde

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Licenciada em História pela UFRGS; Professora da rede pública de ensino. Contato: vanessa.m.dornelles@gmail.com.

seu primeiro disco, observamos também influências de lutas culturais e políticas mundiais, como a Contracultura. Na produção musical de León Gieco, portanto, podemos observar traços que evidenciam o engajamento político do músico e seu comprometimento em denunciar e resistir às violências e injustiças praticadas antes, durante e após a ditadura.

Na Argentina, a partir dos ideias anticomunistas espalhados pelo mundo naquele momento, observa-se desde antes do golpe de 1976 o crescimento da repressão política e do cerceamento de liberdades; nos anos da ditadura (1976-1983) é colocada em prática efetiva essa ideologia autoritária, que continha em seu principal objetivo a aplicação do Terrorismo de Estado com a finalidade de levar adiante os ideias da Doutrina de Segurança Nacional; após a ditadura, no recorte temporal que aqui delimitamos até o ano de 1992, as lutas pela redemocratização no país se fazem presentes, e, mais que isso, o principal objetivo das organizações de direitos humanos e familiares das vítimas da ditadura era esclarecer as circunstâncias dos crimes cometidos pelos militares (prisões, assassinatos, desaparecimentos, roubos de bebês e crianças, violência sexual) e lutar por justiça. É nesse cenário de luta em defesa dos direitos humanos e resistência que a produção musical de León se soma a tantas outras frentes populares para denunciar, resistir e cobrar por Memória, Verdade e Justiça.

Percebemos, no Cone Sul, a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional² durante as ditaduras militares, entre as décadas de 1960 e 1980. É o caso da Argentina, Uruguai, Brasil, Chile, entre outros países. Para isso, evidenciamos o terror advindo desses próprios estados ditatoriais³ para o cumprimento de seus objetivos. Nesse contexto, diversos artistas se destacaram na luta contra os mecanismos das ditaduras, como a perseguição aos opositores, a repressão constante, as censuras aos meios de comunicação, as prisões, os assassinatos e desaparecimentos. Assim como outras produções artísticas, a Música exerceu agência essencial na resistência e denúncia aos mecanismos coercitivos; assim como outros artistas, diversos músicos e musicistas colocaram sua arte a serviço de uma luta compreendida, naquele momento, é o caso, como iremos observar, de León Gieco.

A partir dos pressupostos da Nova História Política, podemos, enquanto historiadoras/es, observar que a partir de meados da década de 1970, a História começou a se preocupar com a análise de espaços de poder em fontes e lugares que,

² A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) tem sua origem nos Estados Unidos e possui influência da Doutrina Francesa (utilizada amplamente nas chamadas “guerras de contra insurgência” para massacrar opositores de países africanos que ainda eram colônias; A DSN, readaptada para as ditaduras militares do Cone Sul, era uma das principais ideologias militares de vigilância, perseguição, tortura e assassinato de opositores no contexto de Guerra Fria e do anticomunismo. Alguns elementos da Doutrina foram aplicados na Argentina antes mesmo do golpe de 1976, principalmente a partir dos governos repressivos de Juan Domingo Perón (em seu último mandato, entre 1973 e 1974) e María Estela Martínez de Perón (entre 1974 e 1976). A “Triple A” (Aliança Anticomunista Argentina), fundada em 1973, também teve um papel central na repressão antes da ditadura. Sobre isso ver Joseph Comblin (1978).

³ Para o conceito de Terrorismo de Estado utilizamos os estudos de Enrique Padrós (2005) e, especificamente sobre o caso argentino, as obras de Alejandra Pascual (2004) e Eduardo Duhalde (1999).

em décadas anteriores, não tinham vez dentro da historiografia ocidental. Francisco Falcon (1997) nos ajuda a compreender este acontecimento; ao mencionar os estudos de Foucault, destaca o aumento das análises sobre fatores políticos dentro das sociedades. Essa esfera política, que anteriormente, em estudos positivistas, não recebiam atenção, podem ser observadas e adequadas à realidade vivenciada durante as ditaduras, porque nessas verificamos: espaços de luta, resistência, controle, punições e denúncia e o cotidiano de uma realidade opressiva, o que também configurava, em termos muito desiguais, em micro espaços de embates. Dessa forma, a vida privada, as prisões, as salas de tortura, os jornais, as rádios, o exílio, algumas festas populares, os filmes, as músicas, os livros, as poesias, entre outros, se configuravam em focos de análise da Nova História Política. Sobre isso, René Rémond (1996, p. 445) destaca que essa história política, direta ou indiretamente, acaba por “soldar” as gerações, deixando suas marcas de formas variadas. A identidade coletiva, a partir dessa perspectiva, também passa a ser construída e manifestada através dos acontecimentos políticos. Ao nos debruçarmos sobre essas questões, percebemos como pode ser profícua a análise que envolve as manifestações artísticas e, nesse caso, a Música, enquanto forma de expressão político-social nos contextos das ditaduras. Para isso, utilizamos o conceito de Intelectual Artista⁴, para tentarmos compreender a agência social do músico.

⁴ Esse conceito compreende o artista como um intelectual no sentido de que exerce, através de sua atuação e de sua produção, uma agência direta sobre a realidade. Sobre isso ver: Fabiano Aguiar (2010) e Rogério Silva (2012).

Nos interessa, também, o conceito de Cultura, relacionando-o à concepção materialista da História⁵. Assim, a análise central está na práxis humana e na produção e reprodução da vida sociocultural, que objetiva a ação de transformação de uma realidade. Zuleide Silveira destaca que a dimensão cultural deve ser entendida dentro do conjunto de relações, onde a cultura pode representar um “fragmento da realidade”, dentro da compreensão da dimensão cultural como um “campo contraditório de disputas e tensões em torno de projetos de sociedades” (SILVEIRA, 2014, p. 12). É a partir desses pressupostos que desenvolvemos nossa análise das canções de León Gieco relacionadas ao contexto histórico argentino.

A análise da obra de León Gieco

O primeiro disco de León Gieco foi lançado em 1973, ano em que já observa-se traços de repressão no país, a qual se intensificaria pouco tempo depois, a partir do golpe de Estado; durante o período da ditadura, León não cessou seus trabalhos, embora tivesse que lidar com a censura e o exílio, ele continuou compondo e inserindo, em sua produção, denúncias à violência ditatorial. Após o término da ditadura, a partir de sua atuação militante e através do conteúdo de suas canções, se insere na luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos e de tantas organizações de direitos humanos para cobrar por justiça. Dessa forma, analisamos músicas de diferentes épocas, no primeiro recorte temporal de nossa pesquisa, entre os anos de 1973 e 1976, trabalhamos com três discos, mais especificamente com sete

⁵ Sobre o Marxismo Cultural, colaboram, entre outros: Antonio Gramsci (1968; 2004), Eric Hobsbawm (1990), E.P. Thompson (1998), Raymond Williams (2003) e Francis Mulhern (1999).

músicas. Além de mapearmos o disco e sua ficha, buscamos compreender o tema de cada canção e acontecimentos específicos abordados em cada letra, assim como a instrumentação utilizada e a existência de censura total ou parcial (a que vetava apenas parte da composição).⁶

A partir da análise, foi possível considerar que o músico manteve uma preocupação constante e um diálogo permanente com os problemas sociais e políticos de sua realidade histórica; não só sobre o contexto argentino, mas sim latino-americano. Se considerarmos que as ditaduras fizeram parte da maioria dos países do Cone Sul, muitas das problemáticas vivenciadas eram comuns dentro do continente. As composições de León, podem, portanto, ser consideradas canções políticas, no sentido de que são produto do meio de origem e das condições materiais daquela realidade (MOURA, 1977). A título de exemplo, citamos a música *Chacarero de Dragones* (Fantasma de Canterville, 1976, Inamu Discos): a letra fala sobre o cantor chileno Victor Jara e seu brutal assassinato⁷ pela ditadura chilena, logo após o golpe militar naquele país. Victor Jara foi um grande exemplo de luta, além de ser cantor, era poeta, professor e militante do Partido Comunista Chileno; sua trajetória inspirou e inspira diversas gerações ainda hoje. A letra da canção diz o seguinte: “*Allá*

⁶ Dados completos sobre cada uma das canções analisadas, assim como tabelas com informações das mesmas, podem ser acessados no Trabalho de Conclusão de Curso da autora (DORNELLES, 2018).

⁷ Victor Jara foi preso poucos dias após o golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile, após ser torturado e assassinado seu corpo foi encontrado em um terreno vazio, junto com os corpos de outros militantes. Em seu corpo haviam inúmeras marcas de tortura e de tiros, os agentes da repressão também machucaram muito suas mãos (na época existia o boato de que suas mãos tinham sido cortadas, o que aparece na letra de León) e arrancaram sua língua. Victor Jara foi preso no Estádio Chile, posteriormente renomeado com o nome do músico.

donde todo aquel septiembre / no alcanzó para llevarse la tempestad / allá donde mil poesías gritaron / cuando le cortaron al poeta sus manos / Uy, uy, uy, si hasta el cóndor lloró (GIECO, *Chacarero de Dragones*, Fantasma de Canterville, 1976, Inamu Discos).

Sobre isso, ainda podemos inferir que, assim como existia uma conexão repressiva entre as ditaduras militares dos países (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai e Peru), denominada Operação Condor, a resistência entre esses países também era verificada; muitos militantes, principalmente a partir da experiência do exílio, que os fez circular em diferentes lugares, se conectavam pelas mesmas pautas políticas, resumidas pela denúncia e pela resistência aos mecanismos repressivos das ditaduras. Essas redes de resistências podem ser amplamente visualizadas na Cultura, através das mais variadas manifestações artísticas, como a Música, o Teatro, o Cinema, a Literatura, as Artes Visuais, entre outras.

No segundo recorte temporal de nossa pesquisa, analisamos o período propriamente dito da ditadura de Segurança Nacional, trabalhamos com dois discos de León Gieco, o *IVLP* (1978, Inamu Discos) e *Pensar en Nada* (1981, Inamu Discos), na totalidade foram analisadas oito canções desses discos. Nesse período, foi onde observamos a maior presença da censura na obra do cantor, sendo que a maioria dessas canções foram proibidas pelo *Comite Federal de Radiofusión* (COMFER), pelo menos em sua parcialidade (trechos censurados e/ou a proibição de serem tocadas ao vivo e nas rádios). Os temas de maior destaque dessa fase, presentes direta ou indiretamente nas letras das canções, são a censura, a autocensura, a memória, a

violência, a injustiça social, o exílio, a solidão, a depressão; a maioria dos temas versam sobre os acontecimentos nacionais e a repercussão disso na vida do músico. Também evidenciamos, em muitas dessas canções, como o jeito entoadado da voz e a própria instrumentalização utilizada, remetem a um cenário triste, desmobilizador.

Por fim, analisamos uma terceira fase de produção do artista, entre os anos de 1983 e 1992, momento de luta pela redemocratização no país. Nesse momento, foi possível observar a presença de temas que remetem às sequelas da ditadura, mais especificamente em torno das consignas de Memória, Verdade e Justiça. O músico, desde a década de 1970, demonstrou solidariedade à luta de *Madres de la Plaza de Mayo* e de *Abuelas de la Plaza de Mayo*, postura que aparece em suas canções e que se mantém vigente ainda hoje. Além disso, por exemplo, na música, *Mensajes del Alma* (Mensajes del Alma, 1992, EMI Odeon) o cantor cita o nome de Alfredo Astiz, um dos maiores torturadores de um grupo de tarefas da *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA), centro clandestino de detenção onde desapareceram em torno de 5 mil pessoas. O repressor é citado com o claro objetivo de que houvesse justiça e punição pelos crimes que cometeu; anos após essa canção, a partir da luta dos familiares e das organizações de direitos humanos, Astiz é condenado à prisão perpétua. Na canção, León canta pelo codinome do torturador, “*ángel rubio de la muerte*”: “...*Son mensajes del alma / herida pero bien clara / sobre lo cobarde toda la verdad / ángel rubio de la muerte de que poco te sirvió / el himno, Jesús, la bandera, y el sol que te vió.*” (GIECO, Mensajes del Alma, 1992, EMI Odeon).

Considerações Finais

Nosso objetivo foi apresentar, de forma sucinta e a partir de apenas alguns exemplos oriundos da pesquisa, como parte da obra de León Gieco esteve constantemente engajada em torno da realidade político-social argentina. Nos três recortes temporais estabelecidos, foi possível evidenciar o compromisso e sensibilidade do músico com os acontecimentos históricos de seu meio de origem e atuação. A partir da noção de Intelectual Artista podemos compreender que a produção de León deve ser analisada como uma das várias formas de denúncia e resistência, através das artes, presentes naquele momento histórico.

Evidenciamos, na produção do artista, temas recorrentes como: a censura, as prisões, os assassinatos, os desaparecimentos, os roubos de crianças, o exílio, entre outros. Assim como, a partir de 1983 é verificada, no conteúdo das canções, a permanência de temas como a luta em defesa dos direitos humanos e por justiça aos crimes cometidos durante a ditadura; também é neste terceiro e último recorte temporal (1983-1992) que observamos com maior clareza o apoio e participação de León Gieco na luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos da ditadura argentina.

Com este caso específico, da produção e atuação de León Gieco, podemos concluir que as fontes musicais podem ser extremamente importantes para os/as historiadores/as, fato que vem se confirmando cada vez mais a partir das últimas décadas quando observarmos o crescimento de produções acadêmicas de dialogam com a Música e a História. As músicas de León Gieco são apenas pequenos “fragmentos de realidade”, dentro do contexto argentino, mas se ampliarmos nossa

dimensão, iremos perceber que toda produção artística, em qualquer contexto histórico, estará interligada com as possibilidades de produção de seu meio de origem, suas limitações econômicas e suas circunstâncias políticas e sociais, mesmo que não aborde diretamente esses temas no conteúdo da obra.

Desde o início do século XX, observamos o rompimento com a ideia de que a Música deveria ser feita por e para as classes dominantes, pois cada vez ficou mais claro que as músicas são capazes de mobilizar as camadas populares, que podem evidenciar injustiças, violências e lutas populares e que estão, dessa forma, inseridas e posicionadas em torno dos acontecimentos políticos e sociais de determinado lugar. As manifestações artísticas, assim como outros infinitos elementos inseridos na ampla percepção materialista de Cultura, fazem parte de um “campo de luta social e política, de disputas e tensões, de afirmação de valores e significados existentes na produção e reprodução da vida dos trabalhadores”. (SILVEIRA, 2014, p. 15). Nesse sentido, reafirmamos a impossibilidade de desconectar a Música de seu contexto mais amplo, no qual ela nasce, dialoga, interfere e pode encontrar, de fato, mecanismos de contestação e transformação da realidade.

Referências

AGUIAR, José Fabiano Gregory Cardozo de. *Yo vengo a cantar por aquellos que cayeron*. Poesia política, engajamento e resistência na música popular uruguaia – o cancionero de Daniel Viglietti (1967-1973). Dissertação (Mestrado em História). PPG-História/UFRGS. Porto Alegre, 2010.

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONTIER, Arnaldo. Arte e Estado: Música e poder na Alemanha dos anos 30. *Revista brasileira de História*. São Paulo. V. 8, nº 15, p. 107-122, set. 1987, fev. 1988.

DE USHUAIA A LA QUIACA (LP). 1985. Vários compositores. Intérprete: León Gieco. Gravadora: sem gravadora. 1LP (30min).

DORNELLES, Vanessa M. *Porque es muy malo dejar pasar por un costado a la historia esta*: as canções de León Gieco, a ditadura e a luta por direitos humanos na Argentina (1973-1992). Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em História. Departamento de História (UFRGS), 2018.

DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado Terrorista Argentino: Quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

EL FANTASMA DE CANTERVILLE (LP). 1976. León Gieco. Gravadora: Inamu Discos. 1LP (41min 38s).

FALCON, Francisco. História das Idéias. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FINKELSTEIN, Oscar; Gieco, León. *León Gieco: Crónica de un sueño*. Buenos Aires: Planeta, 2011.

GARCIA, Tânia da Costa. *Do folclore à militância: a canção latino-americana no século XX*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, volume 2: Os intelectuais. O princípio Educativo. O jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HOBSBAWM, Eric. *História Social do Jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IV LP (LP). 1978. León Gieco. Gravadora: Inamu Discos. 1LP (40min 1s).

LA BANDA DE LOS CABALLOS CANSADOS (LP). 1974. León Gieco. Gravadora: Inamu Discos. 1LP (36min 4s).

LEÓN GIECO (LP). 1973. León Gieco. Gravadora: Inamu Discos. 1LP (33min 26s).

MENSAJES DEL ALMA (LP). 1992. León Gieco. Gravadora: EMI Odeon. 1LP (48min 26s).

MOURA, José Barata. *Estética da Canção Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

MULHERN, Francis. A política dos estudos culturais. In: WOOD, Ellen; FOSTER, John. *Em Defesa da História: Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 50-59.

NAPOLITANO, Marcos. *História e Música: História Cultural da Música Popular*. Autêntica. Belo Horizonte, 2002.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968- 1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História) PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2005.

PARANHOS, Adalberto. Os Desafinados: Sambas e Bambas no “Estado Novo”. Tese (Doutorado em História), PUC/SP. São Paulo, 2005.

PASCUAL, Alejandra Leonor. *Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983*. Brasília: Editora da UNB, 2004.

PENSAR EN NADA (LP). 1981. Gravadora: Inamu Discos. 1LP (43min 45s).

SEMILLAS DEL CORAZÓN (LP). 1988. León Gieco. Gravadora: selo independente. 1LP (44min 41s).

SILVA, Rogério de Souza. A periferia pede passagem: trajetória social e intelectual de Mano Brown. Tese (Doutorado em Sociologia) PPG-Sociologia/UNICAMP. Campinas, 2012.

SILVEIRA, Zuleide S. Conceito de Cultura e concepção materialista da História: um debate sobre os estudos culturais. In: *Revista História e Luta de Classes: Cultura e Projeto Social*. Ano 10 – Edição nº 18, setembro de 2014.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: Estudos sobre cultura popular e tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras Chave. Un vocabulário de la cultura y la sociedad*. Buenos Aires: Nueva Vision, 2003.